



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**5ª Câmara de Direito Criminal**

**Registro: 2015.0000234184**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Inquérito Policial nº 0009224-40.2015.8.26.0000, da Comarca de Pacaembu, em que é investigado MACIEL DO CARMO COLPAS (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PACAEMBU).

**ACORDAM**, em 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "PROMOVERAM O ARQUIVAMENTO das peças de informação. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores JOSÉ DAMIÃO PINHEIRO MACHADO COGAN (Presidente) e TRISTÃO RIBEIRO.

São Paulo, 9 de abril de 2015.

**Juvenal Duarte**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

5ª Câmara de Direito Criminal

**INQUÉRITO POLICIAL:** 0009224-40.2015.8.26.0000  
**COMARCA:** PACAEMBU  
**SINDICADO:** MACIEL DO CARMO COLPAS  
(PREFEITO DO MUNICÍPIO DE  
PACAEMBU)  
**VOTO Nº** 19.896

Vistos.

Trata-se de procedimento investigatório criminal, cuja instauração foi requisitada pela d. Promotoria de Justiça de Pacaembu, SP, para o fim de se apurar suposta prática do crime de desobediência (Decreto-lei nº 201/67, artigo 1º, XIV), pelo Prefeito de Pacaembu, SP, MACIEL DO CARMO COLPAS.

Manifestou-se a Subprocuradoria-Geral Jurídica, no sentido de que se promovesse o arquivamento do feito, porque *os elementos de convicção colacionados ao presente feito não autorizam afirmar, com a certeza necessária, que o Prefeito Municipal, agindo com ânimo próprio, tenha deliberadamente descumprido ordem judicial* (sic, fl. 103).

**É, em resumo, o relatório.**

Imperativo o arquivamento das peças de informação em questão (CPP, artigo 18).

É que, além de suas atribuições administrativas, a d. Procuradoria Geral de Justiça exerce, também, funções de órgão de execução.

Com efeito, ao delinear as funções institucionais do Ministério Público, a própria Constituição Federal enumera algumas consideradas próprias de órgão de execução.

5ª Câmara de Direito Criminal

A propósito, de acordo com o artigo 129, I, da Constituição Federal, são funções institucionais do Ministério Público *promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.*

De outra banda, o artigo 29, V, VII e IX, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), estabelece que, além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça *ajuizar ação penal de competência originária dos Tribunais, nela oficiando, assim como determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão de comissões parlamentares de inquérito ou inquérito policial, nas hipóteses de suas atribuições legais e, também, delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.*

Na mesma direção, o artigo 116, I, X, XII e XIV, da Lei Complementar Estadual nº 734/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo), estabelece que constituem atribuições do Procurador-Geral de Justiça a propositura de *ação penal nos casos de infrações penais comuns e de crimes de responsabilidade, nas hipóteses de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada, o exercício das atribuições do Ministério Público nos processos referidos neste artigo e seus incidentes, assim como determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação ou inquérito policial, nas hipóteses de suas atribuições legais e, ainda, delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.*

Além disso, o artigo 12, XI, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) preceitua que compete ao Colégio de Procuradores de Justiça *rever, mediante requerimento de legítimo interessado, nos termos da Lei Orgânica, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária.*

Finalmente, o Ato Normativo nº 546-PGJ-CPJ, de 14.08. 08, instituiu, no âmbito da Procuradoria de Justiça Criminal, a Câmara Especializada em Crimes Praticados por Prefeitos (CECRIMP) para oficiar, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, em todos os feitos criminais de que trata o artigo 29, X, da Constituição Federal, de competência originária do Tribunal de Justiça, inclusive na fase de investigação e na fase processual.

Destarte, desponta forçosa a conclusão

5ª Câmara de Direito Criminal

de que o judicioso parecer foi ofertado, em última análise, em nome do d. Procurador-Geral de Justiça, por delegação, a impedir que se cogite, por evidente, de eventual adoção, na espécie, por parte desta C. Câmara, do procedimento previsto no artigo 28 do Código de Processo Penal.

É que, em se tratando de competência originária, tal qual no caso em comento, o pedido de arquivamento de inquérito policial ou de peças de informação, endereçado, diretamente, a órgão fracionário do Tribunal competente, cabe ao chefe do Ministério Público, diante do que se afigura obrigatório seu acolhimento (CF, artigo 129, I).

Sobre o tema, o saudoso JÚLIO FABBRINI MIRABETE lecionava:

*Insistindo o Procurador-Geral no pedido de arquivamento o juiz é obrigado a atendê-lo, como deixa claro o dispositivo. Não lhe cabe recurso de ofício ou pedido de diligências posteriores à manifestação do chefe do Parquet. O mesmo ocorre nas hipóteses de competência originária dos tribunais, pois se a iniciativa da ação cabe ao Ministério Público, ao tribunal não é dado obrigá-lo a oferecer denúncia (Código de Processo Penal Interpretado, 11ª edição, São Paulo, Atlas, 2006, p. 148).*

Na mesma linha, são os pertinentes comentários de GUILHERME DE SOUZA NUCCI:

*Requerimento de arquivamento em competência originária: quando o inquérito é controlado diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça (ou da República, conforme o caso), por se tratar de feito de competência originária (crime cometido por juiz, por exemplo), o pedido de arquivamento é dirigido diretamente ao Tribunal (...). Não há, nesse caso, como utilizar o art. 28, sendo obrigatório o acolhimento do pedido. Conferir: TJSP: "Sendo o Procurador-Geral de Justiça o titular da ação penal e havendo pedido dele pelo arquivamento do inquérito, o Tribunal de Justiça deve aceitar a sua manifestação, sem examinar o mérito: (Inquérito 115.740-0/0, Órgão Especial, rel. Barbosa Pereira, 10.11.2004, v.u., JUBI 101/05); Inquérito 116.066-0/1, Órgão Especial, rel. Barbosa Pereira, 20.04.2005, v.u., JUBI 108/05. O mesmo critério é utilizado quando o arquivamento tiver por fim outras peças de informação, não constitutivas de inquérito policial (ex.: investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito). Nesse sentido: TJSP: Representação contra autoridade 115.780-0/2, Órgão Especial, rel. Walter de Almeida Guilherme, 27.10.2004, v.u., JUBI 101/05 (Código de Processo Penal Comentado, 10ª edição, São Paulo, RT, 2011, p. 143/144).*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**5ª Câmara de Direito Criminal**

Diante disso e do teor da fundamentada manifestação de fls. 101/103, desponta forçoso o arquivamento do feito em questão.

Por tais razões, **PROMOVE-SE O ARQUIVAMENTO** das peças de informação.

**JUVENAL DUARTE**  
relator